

## PROJETO DE LEI Nº 15, DE 9 DE MARÇO DE 2012

### *Autoriza doação de imóvel nas condições que menciona e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a efetuar a doação do imóvel descrito no artigo 2º desta Lei à empresa *MASS PRODUTOS SIDERÚRGICOS LTDA - ME*, CNPJ 02.031.705/0001-00, Inscrição Estadual 338708895.00-10, com endereço na Rua Izolina Lopes de Faria, nº 292, Bairro Morro do Engenho, nesta cidade, para fins de instalação e expansão de suas atividades.

**Art. 2º** O imóvel objeto desta Lei constitui-se de uma área de 9.701,21 m² (nove mil, setecentos e um metros e vinte e um decímetros quadrados), cadastrada como lote 004, quadra 56, zona 09, situada na Rua Quatorze, setor Fazenda das Gorduras, Bairro Santanense, com as seguintes medidas e confrontações: 70,00 metros de frente para a referida rua; 40,00 metros, mais 80,00 metros, mais 75,00 metros pela lateral direita confrontando com os lotes 001 e 003; 134,80 metros pela lateral esquerda confrontando com a Prefeitura Municipal de Itaúna; e 126,66 metros pelos fundos confrontando com a Prefeitura Municipal de Itaúna, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna, sob nº 44.561, Livro 2-HE, fl. 161.

**Parágrafo único.** O imóvel descrito no *caput* deste artigo é objeto da concessão de direito real de uso autorizada pela Lei nº 4.637, de 22/12/11, com a alteração da Lei nº 4.644, de 16/02/12, destinada à instalação da unidade industrial da concessionária.

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, a doação vinculará a donatária ao atendimento das seguintes condições:

- I.** prosseguir com as atividades descritas em seu contrato social;
- II.** evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas de proteção ambiental, mesmo em caso de alteração ou ampliação das atividades a que se refere o inciso I deste artigo;
- III.** construir suas instalações, transferir sua sede e entrar em atividade no local concedido em uso no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data da escritura de doação;
- IV.** elaborar e apresentar projeto de construção civil à Divisão de Análise de Projetos e Fiscalização da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, para aprovação antes do início das obras;
- V.** elaborar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico e submetê-lo à análise do Corpo de Bombeiros para aprovação e implantação;
- VI.** recolher os tributos municipais em favor do Município de Itaúna, especialmente o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre as atividades de prestação de serviço à Fazenda Municipal de Itaúna, mesmo em caso de alteração ou expansão das atividades e de representações comerciais;
- VII.** declarar o VAF-DAMEF em favor do Município de Itaúna;
- VIII.** recolher, na forma da Lei Municipal nº 3.690, de 18 de fevereiro de 2002, no prazo de até trinta dias após a transferência, o equivalente a 2% (dois por cento) do valor da avaliação do imóvel doado, sendo 1% (um por cento) para o Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA e 1% (um por cento) para entidade filantrópica a ser indicada pelo Conselho Municipal de Assistência Social;
- IX.** afixar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, placa indicativa do investimento do Município realizado sobre a atividade econômica da empresa donatária, na forma regulamentada por decreto.
- X.** não interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses nos próximos 5 (cinco) anos, salvo por motivo justificado, não podendo, entretanto, ultrapassar 12 (doze) meses de inatividade.

**Parágrafo único.** O não atendimento a quaisquer das condições previstas neste artigo implicará a reversão do imóvel, sem que caiba à donatária qualquer direito à indenização por benfeitorias e edificações realizadas.

**Art. 4º** Fica permitido à donatária a utilização do imóvel para garantia de financiamentos junto a instituições financeiras, com hipoteca em segundo grau, em favor do Município.

**Parágrafo único.** Decorridos 5 (cinco) anos da data da escritura de doação e atendidas as condições previstas no artigo 3º desta Lei, torna-se sem efeito a cláusula de reversão do imóvel.

**Art. 5º** Considerados o interesse público e a conveniência sócio-econômica para a municipalidade, avaliados objetivamente através de estudos, projetos e política de industrialização no Município, poderá o Executivo, com as condições expressas nesta Lei, proceder à outorga de escritura de doação independentemente de licitação.

**Art. 6º** Caberá à donatária a responsabilidade pelas despesas com emolumentos cartoriais relativos à outorga de escritura.

**Parágrafo único.** Na escritura de doação deverá constar cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no inciso VI, da Lei nº 3.498/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 4.342/08.

**Art. 7º** Para formalizar o ato de transmissão do domínio e baixa no cadastro e no balanço patrimonial do Município, a área total foi avaliada por comissão ao preço de R\$ 436.554,00 (quatrocentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais).

**Art. 8º** Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 4.637, de 22 de dezembro de 2011, e Lei nº 4.644, de 16 de fevereiro de 2012, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de março de 2012.

**EUGÊNIO PINTO**  
**Prefeito Municipal**

**AFONSO CUSTÓDIO DO NASCIMENTO**  
**Secretário Municipal de Administração**

**FREDERICO DUTRA SANTIAGO**  
**Procurador Geral do Município**

***PROJETO DE LEI Nº 15/2012***

***JUSTIFICATIVA***

Senhor Presidente e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Itaúna:

Passamos à apreciação dos i. membros dessa Casa o projeto de lei que visa buscar autorização legislativa para o Poder Executivo converter em doação a concessão de direito real de uso de imóvel da municipalidade feita à empresa Mass Produtos Siderúrgicos Ltda - ME, para fins de instalação e expansão de suas atividades.

O benefício da mencionada concessão de direito real de uso foi examinado e aprovado por V. Exas. no final do ano 2011 e resultou a Lei nº 4.637, de 22/12/11, de conformidade com os dispositivos legais e constitucionais.

Ocorre que, no impulso de seu espírito empreendedor, a empresa ora concessionária tem grandes projetos de expansão e de melhoria tecnológica para aumento de produção e desenvolvimento de novos mercados e produtos. E para concretizar esses projetos necessita contrair financiamentos nas instituições financeiras de fomento e para tanto constituir garantia hipotecária utilizando-se da escritura do referido bem.

Cabe destacar que a utilização do imóvel para essa finalidade não traria nenhum prejuízo ao patrimônio público, em razão da constituição de sua hipoteca, em segundo grau, em favor do Município.

A presente proposição se justifica por oportunizar à beneficiária da doação a concretização de sua proposta de investimento local, cujos resultados planejados seguramente repercutirão nas ações de políticas públicas do Município, com o consequente crescimento sócio-econômico local e regional.

Com esta justificativa, aguardamos aprovação da presente proposição de lei.

Atenciosamente.

***EUGÊNIO PINTO***  
***Prefeito Municipal***

Itaúna, 12 de março de 2012.

**Ofício Nº 176/2012 - Gabinete do Prefeito**  
**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei nº 15/2012

Senhor Presidente,

Encaminhamos a V. Exa. o projeto de lei que “Autoriza doação de imóvel nas condições que menciona e dá outras providências”, para análise, deliberação e aprovação dos i. membros dessa Casa.

Na oportunidade, apresentamos-lhe protestos de apreço e distinta consideração.

***EUGÊNIO PINTO***  
***Prefeito Municipal***

**EXMO. SR.**  
**ÉDIO GONÇALVES PINTO**  
**DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ITAÚNA - MG**